



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

COMUNICADO

Caros colegas

Conforme oportunamente informado nos nossos comunicados de 9 e 14 de outubro, teve lugar, no dia 16 de outubro, em Plenário da Assembleia da República, a apreciação e votação de dois diplomas com incidência direta sobre a carreira dos Inspetores da Educação, fruto do trabalho persistente e resiliente da Direção junto dos Grupos Parlamentares e da audição na Comissão de Educação.

No âmbito desse processo legislativo, o **Projeto de Lei n.º 272/XVII/1**, da iniciativa do Grupo Parlamentar do LIVRE, que propunha a autonomização da carreira especial dos inspetores da educação, não obteve aprovação em Plenário.

Em sentido diverso, o **Projeto de Resolução n.º 294/XVII**, da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi aprovado, tendo dado origem à **Resolução da Assembleia da República n.º 21/2026**, publicada no Diário da República em 6 de fevereiro de 2026. Esta Resolução recomenda ao Governo a realização de uma revisão estrutural, abrangente e urgente da carreira da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), reconhecendo expressamente a sua natureza especial e autónoma relativamente à carreira docente, bem como a necessidade de adequar os regimes de ingresso, progressão e avaliação de desempenho às especificidades da função inspetiva.

A aprovação desta Resolução traduz um reconhecimento político, em sede parlamentar, da relevância das questões que o nosso Sindicato tem vindo a afirmar, com coerência e persistência, ao longo dos últimos anos, e constitui



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

um importante enquadramento institucional que reforça a legitimidade das posições defendidas pelo Sindicato.

Importa sublinhar que esta decisão parlamentar ocorre em paralelo com o processo negocial atualmente em curso com o Governo, designadamente no âmbito da reunião já realizada com a Senhora Secretária de Estado da Administração Pública, a qual marcou o início de um processo negocial que se encontra em curso. Nesse quadro, o Sindicato tem vindo a expor, de forma clara, objetiva e tecnicamente fundamentada, os constrangimentos estruturais que afetam o exercício da função inspetiva, a profunda desvalorização do atual modelo de carreira, a inadequação do SIADAP às especificidades das funções inspetivas e a grave carência de Inspectores da Educação, com impacto direto na capacidade de resposta da IGEC.

A Resolução agora aprovada constitui, assim, um instrumento político relevante, que deve ser considerado pelo Governo no decurso do processo negocial, reforçando a exigência de uma revisão séria, estruturada e consequente da carreira inspetiva, em nome da qualidade do serviço público, da equidade e do prestígio da função inspetiva enquanto garante da confiança nas instituições educativas.

O Sindicato continuará a trabalhar neste processo com atenção, firmeza e transparência, mantendo os Inspectores da Educação devidamente informados sobre todos os desenvolvimentos relevantes.

A defesa e a dignificação da carreira de Inspector da Educação exigem persistência, unidade e ação sindical continuada.

Quando se luta, nem sempre se ganha; quando não se luta, perde-se sempre.

Saudações Sindicais!



SINDICATO DOS INSPECTORES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

Porto, 9 de fevereiro de 2026

A Direção